

Março de lutas

- Dia **03** Ato na ALESP contra a Reforma da Previdência
- Dia **05** Assembleia Geral discutir lutas e Ponto Eletrônico
- Dia **08** Mobilizações do dia Internacional das Mulheres
- Dia **18** Greve e mobilizações nacional do funcionalismo

Não à DISCRIMINAÇÃO: Ponto eletrônico em discussão! **Assembleia do dia 05/03 é para criar um GT dos trabalhadores**

Assembleia acontece as 12h na sede nova do Sindicato

A reitoria fez uma agenda para discutir com STU o ponto eletrônico. Na primeira reunião, a reitoria apresentou o resultado de uma discussão de um GT criado pelo reitor que apresenta as possibilidades para implantação do ponto eletrônico.

A reitoria, na discussão com o sindicato, manifesta a intenção de implantar o ponto eletrônico, mas quer um processo de negociação sobre o modelo e a regularização do banco de horas. No dia 18 fevereiro aconteceria nova reunião sobre Ponto Eletrônico, mas a diretoria do sindicato entendeu que o melhor era não comparecer e enviou um documento ressaltando que havia

pautas prioritárias que tratam das reivindicações específicas que não foram sequer respondidas. Ressaltamos ainda que uma negociação do ponto eletrônico demandaria aprofundar a discussão com a categoria, tendo em vista as implicações da proposta.

A diretoria do STU com a participação dos membros do CR discutiu o Ponto Eletrônico no último dia 13. Para a diretoria, não há de se aceitar uma proposta que tenha caráter discriminatório com uma categoria e que possa implicar em aumento de assédio moral sobre trabalhadores.

Por isso a diretoria vai propor à assembleia, no dia 05, a criação de um GT dos trabalhadores para

que levantemos os pontos que são importantes para os trabalhadores nessa discussão, que leve em consideração a questão da discriminação e também os vários aspectos que envolvem as conquistas históricas dos trabalhadores, incluindo também a autonomia das unidades.

Discutiremos também os aspectos legais e outras experiências que possam balizar nossa discussão.

O objetivo é construir um relatório do GT dos trabalhadores que sirva de orientação para a discussão dessa pauta e que preserve nossas conquistas.

É importante que as unidades participem do GT e tragam suas experiências.

Caravana para ALESP

Esse informativo traz anexo boletim do Fórum das Seis sobre a votação da Reforma da Previdência na ALESP. Vamos fortalecer a caravana. Ligue no STU e reserve ainda hoje sua vaga. A saída será dia 03, as 11h do STU

MOBILIZAÇÃO

18/03 Greve e mobilização nacional do funcionalismo

A cada dia que passa vão aumentando os motivos para lutar contra o governo Bolsonaro.

Os ataques passam pela intensificação da precarização do trabalho, a Reforma da Previdência, os cortes na Educação e agora a Reforma Administrativa que combinada com as outras reformas acabam de vez com as carreiras no serviço público.

Não tem concursos, não tem negociação com os trabalhado-

res e os cortes já tem provocado grandes prejuízos a população, como vem ocorrendo no caso da previdência.

Recentemente o ministro da fazenda Paulo Guedes teve o descaramento de chamar os funcionários públicos de "parasitas".

Um governo que quer destruir os serviços públicos e não tem compromisso com os mais pobres tem que ser derrotado pelas ruas e mobilizações. Não

podemos aceitar tantos insultos e descompromisso com o país e com a democracia.

Vamos fazer do dia 18, junto com Adunicamp, DCE e APG um grande dia de luta na Unicamp e fortalecer a mobilização nacional dos servidores públicos que vem sendo puxada pela nossa Federação a Fasubra e que tem o envolvimento de todas as Centrais Sindicais comprometidas com a luta e a defesa dos direitos.

Dia 8 de março tem luta

Para enfrentar o machismo, os ataques e a discriminação contra as mulheres, as Centrais sindicais e os movimentos feministas estão com uma agenda de lutas e mobilizações do dia 08 de março.

Desde o golpe institucional que depôs o governo da presidenta Dilma temos assistido retrocessos importantes na pauta social das mulheres.

No governo Bolsonaro a

situação piorou muito.

Há uma ofensiva ideológica contra a política de gênero e uma ofensiva aos direitos das mulheres, pautada por uma agenda fundamentalista.

O discurso virulento desse governo contra as mulheres que passa por agressão a repórteres mulheres como aconteceu recentemente, pela defesa da tortura e torturadores, pelo

envolvimento com milícias, que foram responsáveis pelo assassinato da vereadora Mariele Franco, legitima o machismo, o aumento do feminicídio e a violência contra as mulheres.

As atividades contarão com vários eventos. Dentre esses uma manifestação no Centro de Campinas no dia 07 e no dia 08 uma grande manifestação unitária em São Paulo.

ICMS de janeiro/20 cresce 6%

A arrecadação do ICMS de 2019 cresceu nominalmente 6,93%. O total arrecadado foi R\$ 107,5 bilhões, sendo que a previsão da Aeplan na segunda revisão orçamentária em setembro de 2019 era de R\$ 105,8 bilhões.

Com a melhora na arrecadação o comprometimento com folha foi o menor dos últimos oito anos, fechando o ano em 87,01% na média da USP, Unicamp e Unesp.

Reitoria não agenda reunião

Mesmo com o crescimento real da arrecadação a reitoria, até o fechamento desse boletim, não

agendou a reunião solicitada pelo STU para reajustar o auxílio alimentação.

Gasto com Teto pode chegar a R\$ 70 milhões no ano

No dia 18/01 (sábado) o Cruesp soltou comunicado avisando da decisão do Supremo sobre o Teto Salarial. O reitor Marcelo Knobel, atual presidente do Cruesp, anunciou que pagará o Teto Salarial para as contas dos docentes e pesquisadores a partir de março.

A decisão é liminar proferida pelo ministro Dias Toffoli e atinge cerca de 1000 docentes e pesquisadores. Pelas estimativas feitas pelo STU o gasto mensal deve

atingir cerca de R\$ 5,3 milhões mês e cerca de R\$ 70 milhões anuais.

Fórum das Seis quer reunião com Cruesp

Após o fechamento da arrecadação de 2019 o Fórum das Seis solicitou reunião com a Comissão de Política Salarial do Cruesp. A reunião foi agendada para o dia 13/03 as 14h aqui na Unicamp.

Durante a data-base de 2019 o reitor cogitou alterar o reajuste de 2,2%, caso a arrecadação ultrapassasse os R\$ 107 bilhões.

É preciso olhar para a situação dos salários dos trabalhadores que amargam já quatro anos sem reposição sequer da inflação.

Reforma da Previdência de Doria

ETAPA DECISIVA: Pressão urgente nos deputados e participação massiva no ATO DO FUNCIONALISMO EM 3/3

A tentativa da base governista na Assembleia Legislativa (Alesp) de passar o trator no funcionalismo público, aprovando a PEC 18/2019 em segundo turno na noite de 19/2, foi frustrada.

Tomado por servidores, o plenário JK foi palco de provocações e cenas lastimáveis, como a protagonizada pelo deputado Frederico D'Ávila (PSL), que simulou um fuzil com as mãos e “disparou” contra os manifestantes.

O tumulto foi grande. Os parlamentares de oposição fizeram longas e duras falas às manobras na tramitação e ao conteúdo das propostas. Já no final da noite, o líder do governo na Alesp, deputado Carlão Pignatari (PSDB), anunciou aos líderes de todos os partidos a disposição em adiar a votação para o dia 3/3/2020.

A avaliação das entidades representativas do funcionalismo é que o governo não tinha segurança de alcançar os 57 votos necessários (3/5 do total de 94 deputados). Na votação em primeiro turno, o resultado foi apertado,



registrando 57 votos pela aprovação da PEC e 31 contrários.

Ato decisivo em 3/3

As entidades representativas conclamam os servidores paulistas a realizarem um grande ato público no dia 3 de março, às 14h, na Alesp! O Fórum das Seis orienta os servidores docentes e técnico-administrativos das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza a participarem da atividade. Informe-se com seu sindicato e organize a caravana. É hora de mobilização!

Saco de maldades

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 18/2019 é um dos instrumentos da reforma da Previdência encaminhada por Doria à Alesp, junto com o Projeto de Lei Complementar (PLC) 80/2019. Este último entrará em votação se a PEC for aprovada.

Após derrubadas as liminares que mantinham em suspenso a tramitação da reforma, a base governista

foi rapidíssima e colocou a PEC 18/2020 em primeiro turno de votação no dia 18/2.

A PEC e o PLC trazem uma pesada bateria de ataques ao funcionalismo, como o aumento da alíquota de 11% para 14%, aumento da idade mínima para aposentadoria, mudança da fórmula de cálculo, limitação ao acúmulo de benefícios, alteração das regras da pensão por morte, entre outros.

Trata-se de mais uma etapa do processo nacional e estadual de desmonte do serviço público e das carreiras do funcionalismo, um grave ataque à ampla maioria da sociedade que depende da educação, saúde, segurança e outros serviços fornecidos pelo estado. Nossa reação é decisiva neste momento.

“Economia” X renúncia fiscal

Sem dar publicidade aos estudos e cálculos atuariais que sustentariam a necessidade de alterar a Previdência dos servidores do estado de SP, o governo Doria afirma apenas que existe um rombo e que, com a aprovação da reforma, seriam economizados R\$ 32 bilhões em 10 anos.

A preocupação do governo com os cofres públicos, no entanto, não é a mesma quando se trata de distribuir benesses às empresas. Todos os anos, o governo paulista inscreve na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - valores altíssimos em isenção fiscal para empresas, sem sequer divulgar os beneficiários e nem os “benefícios” trazidos ao estado. Nos últimos três anos, o esta-

32 bilhões

é o que Doria afirma que vai economizar com a reforma nos próximos 10 anos, produto do confisco de direitos do funcionalismo

60 bilhões

é o que o governo doou às grandes empresas em forma de isenções fiscais nos últimos 3 anos



do deixou de arrecadar cerca de R\$ 60 bilhões, valor que cobriria quase duas vezes a “economia” pretendida para a próxima década com a reforma.

Fórum quer estudos atuariais

Em dezembro, com base na Lei de Acesso à Informação, o Fórum

das Seis enviou ofícios ao governo paulista, à São Paulo Previdência (SPPrev) e à Alesp, pedindo cópia dos estudos atuariais que sustentam a proposta de reforma da Previdência.

Os pedidos não foram atendidos. Diante disso, a assessoria jurídica da Adunicamp ajuizou mandado de se

gurança junto ao Tribunal de Justiça de SP (TJ-SP), solicitando a suspensão da tramitação da reforma até que as informações sejam fornecidas. No dia 19/2/2020, o desembargador Alex Zilenovski pronunciou-se e deu 72 horas para que a Procuradoria Geral do Estado forneça as informações.

Pressão nos deputados – A hora é agora

É hora de ampliar a pressão sobre as deputadas e os deputados estaduais. Estamos em ano eleitoral e muitos deles são candidatos à prefeitura ou, então, estão diretamente envolvidos na eleição. Vamos enviar *e-mails* cobrando que votem a favor dos direitos dos servidores públicos, contra a reforma do governador Doria.

A seguir, veja como votou cada deputado/a no primeiro turno da PEC 18. Cada nome vem acompanhado do respectivo *e-mail*. Pressione os que votaram **SIM** à reforma da Previdência e, também, os que estão na situação de “Obstrução” ou “Ausente”. Vale a pena gastar um pouco do seu tempo nesta preciosa tarefa.

A lista completa de *e-mails* pode ser acessada no [link https://www.al.sp.gov.br/deputado/contato/](https://www.al.sp.gov.br/deputado/contato/)

A lista de *e-mails* organizada de acordo com o voto de cada parlamentar no primeiro turno da PEC 18/2019 segue anexa a este boletim.



A FAVOR DA REFORMA

Adalberto Freitas (PSL)
Alessandra Monteiro (REDE)
Alex de Madureira (PSD)
Altair Moraes (REPUBLICANOS)
Analice Fernandes (PSDB)
André do Prado (PL)
Arthur do Val (PATRIOTAS)
Ataide Teruel (PODEMOS)
Barros Munhoz (PSB)
Carla Morando (PSDB)
Carlão Pignatari (PSDB)
Carlos Cezar (PSB)
Cauê Macris (PSDB)
Cezar (PSDB)
Coronel Nishikawa (PSL)
Daniel José (NOVO)
Daniel Soares (DEM)
Delegada Graciela (PL)
Delegado Olim (PP)
Dirceu Dalben (PL)
Douglas Garcia (PSL)
Dra. Damaris Moura (PSDB)
Edmir Chedid (DEM)
Estevam Galvão (DEM)
Fernando Cury (CIDADANIA)
Frederico D'Ávila (PSL)
Gilmaci Santos (REPUBLICANOS)
Heni Ozi Cukier (NOVO)
Itamar Borges (MDB)
Janaina Paschoal (PSL)
Jorge Caruso (MDB)
Jorge Wilson (REPUBLICANOS)
Léo Oliveira (MDB)

Leticia Aguiar (PSL)
Marcio da Farmácia (PODEMOS)
Marcos Damasio (PL)
Marcos Zerbini (PSDB)
Maria Lúcia Amary (PSDB)
Mauro Bragato (PSDB)
Milton Leite Filho (DEM)
Professor Kenny (PP)
Rafa Zimbaldi (PSB)
Ricardo Madalena (PL)
Ricardo Mellão (NOVO)
Roberto Moraes (CIDADANIA)
Rodrigo Gambale (PSL)
Rodrigo Moraes (DEM)
Rogério Nogueira (DEM)
Roque Barbieri (PTB)
Sargento Neri (AVANTE)
Sebastião Santos (REPUBLICANOS)
Sergio Victor (NOVO)
Tenente Nascimento (PSL)
Thiago Auricchio (PL)
Valeria Bolsonaro (PSL)
Vinícius Camarinha (PSB)
Wellington Moura (REPUBLICANOS)

CONTRA A REFORMA

Adriana Borgo (PROS)
Agente Federal Danilo Balas (PSL)
Aprigio (PODEMOS)
Beth Sáhão (PT)
Bruno Ganem (PODEMOS)
Caio França (PSB)
Carlos Giannazi (PSOL)

Castello Branco (PSL)
Conte Lopes (PP)
Coronel Telhada (PP)
Delegado Bruno Lima (PSL)
Dr. Jorge Do Carmo (PT)
Ed Thomas (PSB)
Edna Macedo (REPUBLICANOS)
Emidio de Souza (PT)
Enio Tatto (PT)
Erica Malunguinho (PSOL)
Isa Penna (PSOL)
José Américo (PT)
Leci Brandão (PC do B)
Luiz Fernando T. Ferreira (PT)
Major Mecca (PSL)
Márcia Lia (PT)
Marcio Nakashima (PDT)
Marta Costa (PSD)
Monica da Bancada Ativista (PSOL)
Paulo Fiorilo (PT)
Professora Bebel (PT)
Rafael Silva (PSB)
Roberto Engler (PSB)
Teonilio Barba (PT)

AUSÊNCIAS E OBSTRUÇÕES

Alexandre Pereira (SOLIDARIEDADE)
Campos Machado (PTB)
Gil Diniz (PSL)
Paulo Correa Jr. (DEM)
Reinaldo Alguz (PV)
Tenente Coimbra (PSL)